

# NOTÍCIAS CNTV



## Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 10/01/2014 - Edição 967

# Vigilantes terceirizados da USP de Piracicaba param por salário atrasado

Vigilantes da empresa Execução Segurança, que presta serviço para a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), em Piracicaba (SP), fizeram paralisação nesta quinta-feira (9) de manhã para reivindicar salários de janeiro e o 13º que, de acordo com eles, não foi pago na data. A empresa tem mais de 200 funcionários que trabalham no campus.

De acordo com um dos vigilantes, que preferiu não se identificar por medo de retaliação, o salário de janeiro não foi pago e o 13º, do ano passado, também não foi depositado. “Preciso pagar minhas contas. Como é que vou explicar para quem eu

devo que a empresa onde eu trabalho não me paga direito?”, reclamou.

Ele disse ainda que a USP deveria ter uma atuação mais próxima no caso deles, “nos ajudar a resolver a questão, nem que seja para quebrar o contrato com a empresa”, afirmou o funcionário. Ainda segundo ele, as condições de trabalho no campus também são alvo de reclamações dos servidores.

O funcionário afirma ainda que as guaritas onde os vigilantes ficam são muito apertadas e quentes. Além disso, de acordo com os funcionários, não há água mineral gelada para beberem enquanto estão de guarda e os banheiros ficam longe das guaritas.

### Diretor da empresa

O diretor da Execução Segurança, empresa de Barueri (SP), Edson Nunes, disse que os pagamentos estão sendo feitos em dinheiro nesta quinta e sexta-feira (10). “Depositamos os salários por DOC no banco, mas os valores voltaram, por isso, estamos fazendo o pagamento em mãos”, afirmou o diretor.

### Campus de Piracicaba

A divisão administrativa da Prefeitura do Campus informou na manhã desta quinta que a administração teve ciência dos atrasos dos 13º salários na terça-feira (7) e que notificou a empresa para que fizesse o pagamento. Além disso, a divisão informou que o repasse da USP para a empresa foi feito no dia 2 de janeiro.

### Problemas recorrentes

Em julho de 2013, os funcionários fizeram uma paralisação também contra o atraso nos salários. Eles se reuniram em frente ao prédio principal do campus. Em novembro, o problema voltou a ocorrer no mesmo ano, quando os vigilantes entraram em greve.



Funcionários fizeram paralisação em frente ao campus da USP em Piracicaba (Foto: Leon Botão/G1)

Fonte: G1

## Cliente do Bradesco reage e é morto em “saidinha de banco” em São Paulo

Cliente do Bradesco reage e é morto em “saidinha de banco” em São Paulo

O cliente Leonardo Rocha Boreli, de 22 anos, foi morto nesta quinta-feira (9) ao reagir ao assalto, durante mais um crime de “saidinha de banco”, após deixar a agência do Bradesco, bairro do Tucuruvi, zona norte de São Paulo, onde foi até a boca do caixa e sacou todo o salário.

Era motorista de uma empresa de televisão a cabo e tentou fugir ao ser abordado pelos assaltantes, mas foi baleado nas costas. Ele foi socorrido, mas não resistiu.

Segundo reportagem da Band, não foi um caso isolado, tendo já ocorrido assaltos a clientes de outros bancos da região.

Fonte: Contraf-CUT com UOL e Band

## Cliente da Caixa é baleado e morto em “saidinha de banco” em Campinas

Um homem de 70 anos morreu durante um assalto após sair de uma agência da Caixa Econômica Federal na Avenida das Amoreiras, em Campinas (SP), no início da tarde desta quinta-feira (9). Mais um crime de “saidinha de banco”.

Segundo a Polícia Militar, a vítima foi abordada por dois homens em uma moto no momento que saiu da agência e seguia para o estacionamento na Rua Padre Bernardo da Silva, no bairro São Bernardo.

A PM afirma que o homem foi baleado pouco antes das 13h,

depois que saiu do banco e que a dupla que o abordou estava armada. Os bombeiros tentaram ainda na calçada reanimar a vítima, que não resistiu e morreu no local. Os bandidos fugiram.

Equipes da PM estão no local do crime e aguardam a perícia. A polícia não soube informar se os assaltantes conseguiram levar alguma quantia em dinheiro.

O caso será encaminhado para o 5º Distrito Policial (DP) de Campinas.

Fonte: Contraf-CUT com G1

# “Nunca se aceitará a precarização”



Ministro do TST, Carlos Alberto Reis de Paula

A Consolidação das Leis do Trabalho deve continuar se aperfeiçoando para atender às necessidades do mundo do trabalho, “Mas nunca, nesses ajustes, se aceitará a precarização, a desvalorização do trabalho”. A avaliação é do presidente do TST, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, que, na virada do ano, faz um balanço de sua gestão à frente do Tribunal e da Justiça Trabalhista. O significativo aumento no número de processos que chegam ao Judiciário é tema que preocupa o magistrado. “Temos que valorizar as ações de natureza coletiva. Assim, com uma decisão alcançaremos um número maior de envolvidos e teremos uma homogeneidade nas decisões”, diz.

## **Como o senhor avalia os 70 anos da CLT?**

A CLT, ao longo de seus 70 anos, apesar de já ter sofrido inúmeras alterações, continua dialogando com a sociedade. E por que isso? O que dá vida à CLT são os seus princípios. A matriz está em seus princípios. A CLT fez com que o trabalhador se tornasse não apenas um “objeto”, mas sujeito de direito na relação de trabalho, na qual ele é geralmente a parte mais frágil. Por isso, a CLT tem normas impositivas. Exatamente porque o Estado entende que é necessário preservar valores. Então essa permanência da CLT, a meu ver, se deve ao vigor de seus princípios. Mas, em momento algum, digo que a CLT está cristalizada. Ela vai sendo ajustada e adequada. Mas nunca, nesses ajustes, se aceitará a precarização, a desvalorização do trabalho.

## **Como o senhor avalia as mudanças nas relações de trabalho e na sociedade ao longo da sua trajetória profissional? A magistratura mudou desde quando o senhor se tornou juiz?**

Mudou e isso é muito positivo! A Justiça do Trabalho mudou muito. Eu sou testemunha de vários fatos. Colocaria como primeiro marco a Constituição de 1988, não apenas na sociedade, mas também na Justiça Trabalhista, pois ela firmou a cidadania. Se uma pessoa se descobre como cidadão, ela se descobre como detentor de direitos e passa a ter voz. Outro marco foi a Emenda 45 e a criação do CNJ. O cidadão ganha o seu espaço dentro do Poder Judiciário e ele tem que ser ouvido. A justiça está aí para isso, para servi-lo. Então, se eu for fazer uma análise do ponto de vista processual, do ponto de vista procedimental, o maior número de ações coletivas, a

atuação do Ministério Público do Trabalho, as condições de trabalho dos juízes de primeiro grau com o PJe, tudo foi alterado. A primeira sentença que dei, eu escrevi à mão. Depois, comprei uma máquina de escrever. A vida mudou. E o que a justiça será? O que quisermos que ela seja, em observância às normas constitucionais e os interesses da cidadania. Sempre voltada à cidadania.

## **O senhor é um dos poucos representantes negros da magistratura brasileira. Como avalia sua carreira sob esse aspecto?**

Se olharmos hoje para a presença do negro no judiciário, tem aumentado. Quando eu entrei, era muito reduzida. Eu fui o primeiro ministro negro nomeado em grau superior. Hoje, temos o STF presidido pelo Joaquim Barbosa. As coisas mudaram. Qual o sentido disso? Tem valor histórico, mas tem também um motivo para reflexão. A sociedade brasileira tem que criar oportunidades para que todos os seus segmentos representativos estejam presentes nos âmbitos político, social e econômico. Para que todos os negros possam acreditar que é possível ocupar grandes cargos de representatividade na sociedade brasileira. Ações afirmativas são tão importantes que a própria Constituição prevê seu uso. O que se busca com ação afirmativa é uma melhor qualificação, para que se haja uma igualdade de oportunidades entre os indivíduos.

## **Como presidente do TST, o senhor abriu o Tribunal para o debate com a sociedade. Por que o senhor considera importante esse tipo de iniciativa?**

É um pouco do reflexo das minhas crenças. Para o judiciário julgar, tem

que estar próximo daqueles que são os protagonistas do julgamento. O juiz não integra o conflito de interesses. O conflito é entre o autor e o réu. Ora, se assim o é, é fundamental que autor e réu, ou a sociedade em geral, venham aqui e mostrem a sua realidade. Nós regulamos para a vida, para os fatos, e é necessário que esses fatos sejam de nosso conhecimento. Essa é a nossa preocupação. Por isso, fizemos os encontros, os debates. Acho que foi um trabalho que rendeu frutos muito positivos.

## **O senhor também promoveu comemorações relativas aos 70 anos da CLT.**

Nós mobilizamos a comunidade. Não apenas a jurídica, mas toda a sociedade. Levamos essa data para dentro do Congresso. Fizemos sessão dentro do TST. Todas nossas atividades de acessibilidade, trabalho seguro, a memória do Direito do Trabalho, todas essas ações tiveram como mote os 70 anos de CLT. Ela é o grande referencial. Mas não foi um trabalho do TST, foi um trabalho de todos os tribunais, foram várias iniciativas. Lembro, inclusive, quando estivemos em São Paulo lançando o Programa de Combate ao Trabalho Infantil, que foi também um momento comemorativo dos 70 anos. Foi importante, pois trabalhamos a conscientização. Desenvolvemos um trabalho junto com as crianças com uma publicação, uma história em quadrinhos com a Turma da Mônica. Distribuímos mais de 30 mil exemplares sobre o trabalho infantil. Veja que coisa importante a própria criança entender que ela não pode aceitar de forma passiva o trabalho na sua idade. Ela nasceu para ser educada. Trabalhar jamais. Estamos plantando para colher os frutos no futuro.

## **Como foi o ano de 2013 para**

## **o TST em relação ao número de processos julgados?**

Houve um crescimento muito grande no volume de casos novos. Fechamos o ano com mais de 293 mil processos, ou seja, um acréscimo de cerca de 30% sobre o volume de 2012.

### **Qual a consequência disso?**

É grave, exige serviço mais intenso por parte dos juizes. Julgamos mais de 250 mil processos, uma média de aproximadamente 1.600 processos por ministro. É um número extraordinário, que nos assusta.

### **E como os ministros têm enfrentado a situação?**

Temos buscado julgar o máximo mantendo a qualidade. A providência imediata nesse ano foi possibilitarmos a realização de horas extras dos servidores e, assim, eles ajudaram de forma mais intensa, apresentando um rendimento quantitativamente mais expressivo. Porém, essa solução exclusivamente paliativa não mostrou ser o melhor caminho. Estamos conversando com os ministros para encontrar um melhor caminho para esse problema.

### **Que alternativas haveria?**

Poderíamos cogitar convocar mais desembargadores dos Tribunais Regionais para participar de julgamentos de turma, julgamentos de agravos de instrumento e de recursos de revista. É um encaminhamento. Existe também a possibilidade de se aplicar o Princípio da Transcendência, que está na CLT, equivalente da Repercussão Geral. Seria uma forma, mas temos dificuldade com a regulamentação.

Outra opção é o projeto de lei que está em tramitação no Congresso Nacional sobre alterações no sistema recursal trabalhista. Esse é um projeto muito importante. Teve origem no TST, já passou na Câmara dos Deputados e está no Senado Federal. Em 2014, vamos nos empenhar para que esse projeto tenha o seu devido curso e seja concluído com a sanção presidencial.

O TST continua com seus grandes desafios. O maior é em relação a mantermos o julgamentos dos processos que nos chegam de forma célere e mantermos uma razoável qualidade nos julgamentos, sem esquecer da pessoa do magistrado, da pessoa do servidor, de todos os envolvidos no julgamento dos processos. Afinal, queremos que os processos sejam julgados devidamente, mas mantendo um padrão de vida adequado àqueles que servem ao serviço público.

### **A que o senhor credita o crescimento no número de processos?**

Há um aspecto positivo. Quando você bate à porta de alguém é porque você acha que esse alguém pode ter respostas para você. Quando alguém vem à Justiça do Trabalho, é porque confia nela. Ou seja, a justiça ganha cada vez mais a confiança no cidadão. Agora, de outra sorte, temos que refletir sobre a necessidade de se ter tanta judicialização. Não haveria outras formas de resolver conflitos e interesses que permeiam os dissídios? Sei que o Congresso hoje está discutindo a intermediação e a arbitragem. É possível trazer esses mecanismos para a Justiça do Trabalho? Em tese, é. Mas é preciso ter o cuidado para preservarmos os valores relativos ao trabalho.

Eu continuo a entender que é preciso firmar, no processo do

trabalho, uma outra vertente. Criar uma mentalidade de uma não valorização tão intensa dos dissídios individuais. Se cada um vir postular o seu direito individual, que muitas vezes é igual a outros demais, teremos uma incidência muito grande de ações, correndo-se o risco de termos decisões diversas para situação que são, no fundo, a mesma coisa, e que as vezes só se diferenciam no relato e na instrução. Então, eu continuo a entender que temos que ter é a valorização das ações de natureza coletiva. Assim, com uma decisão alcançaremos um número maior de envolvidos e ter uma homogeneidade das decisões.

### **O PJe pode contribuir para o crescimento do número de processos julgados?**

O projeto judicial Eletrônico é um instrumento de trabalho, no qual a justiça trabalhista é pioneira. O PJe está implantado nos 24 Tribunais Regionais do Trabalho e no TST. É um instrumento que visa a celeridade, a transparência. Ele é uma das formas da Justiça do Trabalho para enfrentar essa grande demanda a que assistimos. Tivemos em 2013 um ano muito fértil em termos de PJe. Em 2012, contávamos com cerca de 234 varas funcionando com o sistema. Logo no início de 2013, alcançamos 340 varas. Hoje, temos 937 varas. É um número excepcional. Buscamos agora a estabilização. O PJE é definitivo e estamos em constante aperfeiçoamento do sistema, para que ele abra as melhores perspectivas possíveis.

**Fonte: TST**

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Edilson Silva Pereira

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

email: [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF